

PROGRAMA UNIDADE HABITACIONAL ACESSÍVEL A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA EM LOTEAMENTOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática, por ordem de prioridade.

- Garantir acessibilidade plena às pessoas portadoras de deficiência física contempladas nos programas de habitação de interesse social, através da execução de unidades habitacionais especiais.
- Remanejar as famílias com pessoas portadoras de deficiência que atualmente habitam em condições precárias e insalubres para locais seguros e dotados de infra-estrutura básica e acessibilidade urbana.
- Atender, com habitações especiais, a todos os portadores de deficiência cadastrados no Programa Integrado Entrada da Cidade.
- Atender, com habitações especiais, a todos os portadores de deficiência cadastrados e contemplados no programas habitacionais do município.
- Divulgar a prática para que sirva como estímulo a outras iniciativas semelhantes por parte do poder público e privado.

2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.

A prática consiste em incluir unidades habitacionais acessíveis à pessoas portadoras de deficiência nos projetos urbanísticos realizados pelo Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB. Como ponto inicial foi necessário incluir a variável *portador de deficiência* na elaboração do cadastro sócio-econômico. Este dado é subsidiário à definição do número de unidades especiais a serem executadas. Após, este número é fornecido aos projetistas, os quais passam a incluir nos projetos urbanísticos as unidades habitacionais especiais. O projeto da unidade habitacional atende as exigências da NBR 9050/94 e do Código de Edificações. A área construída totaliza 49,50 m2, distribuídos em sala, cozinha, 02 dormitórios, banheiro e área de serviço. Foram projetadas rampas de acesso com corrimão em 2 alturas, na frente da unidade e nos fundos, para acesso ao pátio. O banheiro possui barras de segurança junto ao vaso sanitário e no box. As maçanetas e torneiras são do tipo alavanca, de fácil manuseio. Todas as portas possuem largura mínima de 0,80m. Os compartimentos e as circulações são compatíveis com as dimensões e giros de uma cadeira de rodas. O projeto urbanístico prevê

participam através das reuniões com grupos de famílias realizadas durante o processo de reassentamento.

5. Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recursos financeiros? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?

Gastos Orçamentários

	2002	Liquidado 2002	%
PMPA - Áreas (SMF)	R\$	1.211.591,85	-
PMPA - DEMHAB	R\$	772.526,06	-
		PMPA - SUBTOTAL	60,42
HBB - Repasse	R\$	1.984.117,91	39,58
		TOTAL	100,00
		R\$	3.284.117,91

	2003 - DEMHAB	Orçamento 2003	%	Empenhado 2003	%
PMPA	R\$	2.729.361,48	26,88	R\$ 1.213.464,12	30,6
HBB - Repasse	R\$	7.424.981,46	73,12	R\$ 2.742.907,63	69,3
TOTAL	R\$	10.154.342,94	100,00	R\$ 3.956.371,75	100,0

Orçamento 2003 da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

TOTAL da PMPA R\$ 1.586.529.526,65
% Correspondente - Programa HBB - DEMHAB R\$ 0,64

Orçamento 2003 DEMHAB

TOTAL do DEMHAB R\$ 74.252.593,27
% Correspondente - Programa HBB - DEMHAB R\$ 13,68

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção e quantos realizam funções de execução?

Esta prática refere-se à elaboração, execução e acompanhamento do projeto habitacional. Ao totalizarmos o número de pessoas envolvidas, encontramos 17 pessoas, sendo que destas, 4 realizam funções de direção (2 mulheres e 2 homens) e 13 são responsáveis pela execução do projeto (11 mulheres e 2 homens).

7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

CPA - Comissão Permanente de Acessibilidade: Criada pela Lei Municipal n.º 8317 e regulamentada pelo Decreto n.º 12.463, com a função de elaborar políticas públicas, programas, projetos e ações incidentes sobre o espaço construído na cidade; bem como os aspectos relacionados com a circulação e o transporte, remoção de barreiras arquitetônicas,

9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is) ?

O governo municipal vem avançando no processo de inclusão social. A Lei de Acessibilidade n.º 8317/99 propõe a eliminação de barreiras arquitetônicas, de forma a "permitir o acesso e a circulação livre, segura e independente a todas as pessoas." A Comissão Permanente de Acessibilidade promoveu em junho de 2001 o Seminário Acessibilidade na Inclusão Social. Foi a partir deste Seminário que surgiu a idéia de incluirmos na habitação social, um projeto específico para ppd's, considerando que, durante as diversas palestras, foi constatado que não havia qualquer menção à iniciativa semelhante. Assim, havia chegada a hora de adotarmos definitivamente em nossos projetos o conceito de acessibilidade. Não encontramos registro de iniciativa anterior.

10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática?

1. aplicação do cadastro sócio-econômico e definição do número de famílias com portador de deficiência.
2. execução de projeto arquitetônico e urbanístico contemplando tal necessidade.
3. constituição da CRAP (Comissão Regional de Acompanhamento do Programa).
4. licitação e execução das obras.
5. entrega das novas casas e acompanhamento das famílias contempladas.

A mudança mais significativa refere-se ao aprimoramento e compatibilização entre o projeto arquitetônico e os projetos complementares .

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

O projeto arquitetônico da unidade seguiu as exigências da NBR 9050/94. Como era inédito tal projeto, houve dificuldade na execução do orçamento e para compatibilizar o projeto arquitetônico com os projetos complementares, tendo em vista a inexperiência em executar projetos que contemplam acessibilidade. Porém, tais dificuldades foram superadas mediante esclarecimentos e reuniões entre os projetistas. Outro obstáculo foram as poucas referências práticas, pois as normas e leis existem, mas a aplicação real em habitação social é inovadora. Não encontramos nenhum registro e exemplo similar no país, não havendo portanto a chance de avaliarmos experiência anterior e aprimorarmos nosso projeto.

si só, especialmente aquelas que possuem PPD não têm condições de suprir suas necessidades básicas. A intervenção do poder público visa não somente a reforma urbana da região, mas principalmente o resgate da cidadania e de acesso às políticas públicas, atendendo o ser humano na sua integralidade.

16. Qual o impacto do programa, projeto ou prática sobre a cidadania?. (Mencione aqui aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados. Inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).

O Programa não se restringe apenas à destinação de unidades habitacionais às famílias moradoras de assentamentos subnormais; requer ações integradas com as demais políticas públicas, respeitando a subjetividade de cada morador em relação ao novo espaço de moradia, o que resultará na otimização dos recursos investidos e no uso adequado dos bens e serviços implantados. Neste sentido, um dos objetivos do Programa é o resgate da cidadania, dos segmentos populacionais excluídos dos recursos urbanos produzidos pela sociedade. Estimula-se um processo educativo, que permite ao indivíduo a consciência de sua realidade e desenvolvimento de senso crítico capaz de melhorá-la através de sua participação.

17. Caso seu programa, projeto ou prática já tenha participado do PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA anteriormente, qual a diferença que ele apresenta este ano em relação ao ano em que se inscreveu pela última vez?

Trata-se da primeira participação.

18. Qual é a mais significativa deficiência do programa, projeto ou prática?

Refere-se ao custo da obra. Segundo orçamento fornecido pela empresa executora (ARCHEL Engenharia), o custo da casa acessível representa 20% a mais do que de uma casa convencional. Esta diferença refere-se principalmente aos 5,00m² a mais de área construída e aos equipamentos especiais (barras, rampas, torneiras, etc.) . Nosso desafio, nas próximas obras, é baixar esta diferença.

acessibilidade urbana pela execução de rampas junto ao meio-fio nas esquinas e vagas de estacionamento exclusivas para ppd's.

3. O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)?

A execução das primeiras unidades habitacionais está inserida no Programa Integrado Entrada da Cidade -PIEC . Este programa surgiu a partir da necessidade de transformar a realidade de aproximadamente 3.000 famílias que vivem em áreas irregulares e de sub-habitação na região Humaitá-Navegantes, no principal acesso à cidade de Porto Alegre. As ações englobam habitação, reestruturação urbana, melhoria no sistema viário , geração de trabalho e renda, recuperação ambiental, novos espaços de lazer e ampliação da rede escolar e de saúde pública. O PIEC é um dos maiores projetos habitacionais do país. Na primeira etapa serão entregues 413 unidades habitacionais. O Loteamento Vila Tecnológica, o primeiro a ser concluído (em maio/2003) , contemplou 61 famílias com novas moradias, das quais 2 são destinadas a famílias com portadores de deficiência.

4. Identifique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do projeto ou prática?

Os assentamentos subnormais (vilas) que integram a primeira etapa de implantação do Programa Integrado Entrada da Cidade, situam-se no polígono formado pela Av. Presidente Castelo Branco / BR 290, Rua Dona Teodora, Av. A.J. Renner e Rua Pe. Leopoldo Brentano; os domicílios localizam-se sobre o traçado viário da Av. Voluntários da Pátria (vilas IAP, Esperança e Ocupação do Leito Voluntários) e sobre as diretrizes 605 (vilas A.J. Renner e N. Senhora da Paz) e 607 (Vila Nossa Senhora Aparecida). As comunidades possuem precárias condições de habitabilidade, com acesso deficiente aos serviços de abastecimento de água e energia elétrica, além de adensamento domiciliar excessivo. São constituídas de forma nuclear (pai e/ou mãe e filhos), havendo um pequeno número de agregados vivendo conjuntamente. 80,21% das famílias possuem renda familiar até 3 salários mínimos mensais. O índice de analfabetismo é de 5,43%. As famílias possuem um bom grau de participação comunitária, evidenciada principalmente através do envolvimento com atividades das associações de moradores. São beneficiadas, diretamente, três famílias com uma população total de 14 pessoas. As três famílias são constituídas por 8 mulheres (57% da população diretamente beneficiada) e 6 homens (43% da população diretamente beneficiada). O público atendido representa 100% da clientela potencial. A seleção dos beneficiários ocorreu com base nos dados do levantamento socioeconômico realizado e dos critérios de atendimento construídos com as esferas de representação comunitária constituídas no Programa. Os beneficiários

acesso à edificação e acessibilidade em geral para todas as pessoas com dificuldades de locomoção. Seu papel foi de apreciação e assessoramento dos projetos , em etapa anterior à execução das obras.

PROGRAMA HABITAR BRASIL BID -HBB – Trata-se de um Contrato de Repasse entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, através da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e o Município de Porto Alegre. Tem como objetivo contribuir para elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, que residam em aglomerados subnormais de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais e fortalecer as condições administrativas e institucionais dos municípios para dotá-los de maior capacidade de atuação no controle e recuperação desses núcleos e na adoção de medidas para evitar novas ocorrências.

8. Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação).

O advento do Orçamento Participativo, em Porto Alegre, possibilitou à população sua participação nas decisões. Nesta concepção, a população beneficiária do Programa assume sua condição de sujeito, tornando-se responsável pelas decisões relativas ao seu futuro. À equipe técnica cabe a coordenação e assessoria do processo, apoiando e traduzindo as demandas da população, na busca de um processo de co-gestão. Assim, foi constituída a Comissão Regional de Acompanhamento do Programa – CRAP, formada por vinte titulares e 20 suplentes, (representantes dos assentamentos subnormais), com a responsabilidade de discutir e propor alternativas para o desenvolvimento dos projetos. Conjuntamente, foi formada a Subcomissão de Acompanhamento do Programa, composta por 7 membros titulares e 3 suplentes, a qual é responsável em parceria com a Prefeitura, pelo desenvolvimento das ações planejadas pela CRAP, junto às famílias beneficiadas. Esta organização objetiva estabelecer critérios de atendimento e procedimentos unificados, que serão implantados em todos os assentamentos subnormais. Foram criados espaços de discussão com as famílias beneficiárias para discutir a atual condição de vida dos moradores e suas expectativas em relação ao novo local de moradia, bem como para exercitar reflexões sobre a importância da participação, não apenas para motivar a capacidade de autogestão individual, mas especialmente para a autogestão comunitária. Neste contexto, ocorreu a discussão de critérios para a definição do atendimento com unidades habitacionais especiais. A análise do grupo familiar e das deficiências apresentadas por alguns de seus membros foi realizada em conjunto com a Subcomissão, que foi responsável pela definição das famílias a serem beneficiadas.

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática.

O acompanhamento das famílias após a entrega das casas, através de atendimento semanal, vem avaliando que, mesmo as famílias contempladas com casas menores do que as casas especiais, demonstraram grande aceitação e admiração pela prática. Registramos o depoimento dado à imprensa local por uma das contempladas, Sra. Vera Lúcia da Silva, mãe de Tanise, 08 anos, portadora de deficiência física e neurológica: “É como um sonho! Só tinha visto por fora e nem imaginava como era nossa casa de verdade. Agora a Tanise vai poder tomar sol e circular com conforto pela casa, aqui tem tudo que ela precisa. Onde vivemos hoje, ela não tem como sair de casa. Assim não dá para passear ou fazer a fisioterapia de que ela precisa. Além disso, ela toma banho em banheira de plástico, e agora vai poder tomar banho de chuveiro, sentada e com segurança.” O resultado do último ano apresenta 05 projetos urbanísticos aprovados, totalizando 08 unidades acessíveis.

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

Foi a inclusão, nos programas habitacionais do município, de pessoas portadoras de deficiência, sendo a elas destinadas moradias especialmente projetadas para atender suas necessidades físicas. Esta inclusão demonstra o avanço na concepção urbanística dos loteamentos de habitação de interesse social, prática que consolidou-se como “um caminho sem volta”, pois a partir de então tornou-se impossível projetar habitação social sem acessibilidade.

14. Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

Desde sua criação, em 1963, o DEMHAB vem executando projetos urbanísticos de loteamentos destinados aos reassentamentos. O aspecto mais inovador foi a decisão de elaborar projeto de moradia popular especialmente para atender ppd's. Esta inovação foi proposta em 2001 e desde então tornou-se realidade integrante dos novos projetos urbanísticos do Departamento.

15. Mesmo que seu programa, projeto ou prática não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

O projeto habitacional desenvolvido pela Prefeitura, destina-se ao atendimento de famílias moradoras de assentamentos subnormais, onde as casas apresentam péssimas condições de conservação, construídas com restos de materiais, na maioria de madeira. Os domicílios possuem acesso precário à infra-estrutura básica. O nível de carência da população é elevado, agravado pelo baixo nível de escolaridade. Este quadro revela que as famílias, por